

# Transparência da Informação Pública

Sérgio Lino da Silva Carvalho

Assessor da SGE - TCE-RJ

Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FGV

29 de agosto de 2018



# Qual a importância da informação?

- Sociedade da Informação; Quarta Revolução Industrial; informação como principal ativo das organizações.
- Informação:



## Qual a importância da informação?

- ✓ Informação como **insumo** para o **controle social**;
- ✓ Auditoria realizada em **Macaé** em **merenda escolar** (processo TCE-RJ nº 220.054-4/15);
- ✓ Origem em **Denúncia** de cidadã;
- ✓ VRF de R\$163.897.202,02;
- ✓ **Dano** ao erário da ordem de **R\$27 milhões**;
- ✓ Cerca de **R\$1,2 milhão** reconhecidos por uma das empresas fornecedoras e já devolvidos.

# Evolução Legislativa

Direito à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37, e no § 2º do art. 216 da CF.

## Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e Lei Complementar nº 131/2009

- Informação em “tempo real” e Portais da Transparência

## Lei de acesso à informação (LF nº 12.527/2011)

Sigilo da informação é exceção, sendo o livre acesso à informação a regra;

- Informações com caráter obrigatório de divulgação e outras acessadas mediante solicitação.

Abrange também as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para a realização de ações de interesse público;

# Atores relevantes



Ministério Público  
do Estado do Rio de Janeiro



Câmara Municipal do  
**Rio de Janeiro**

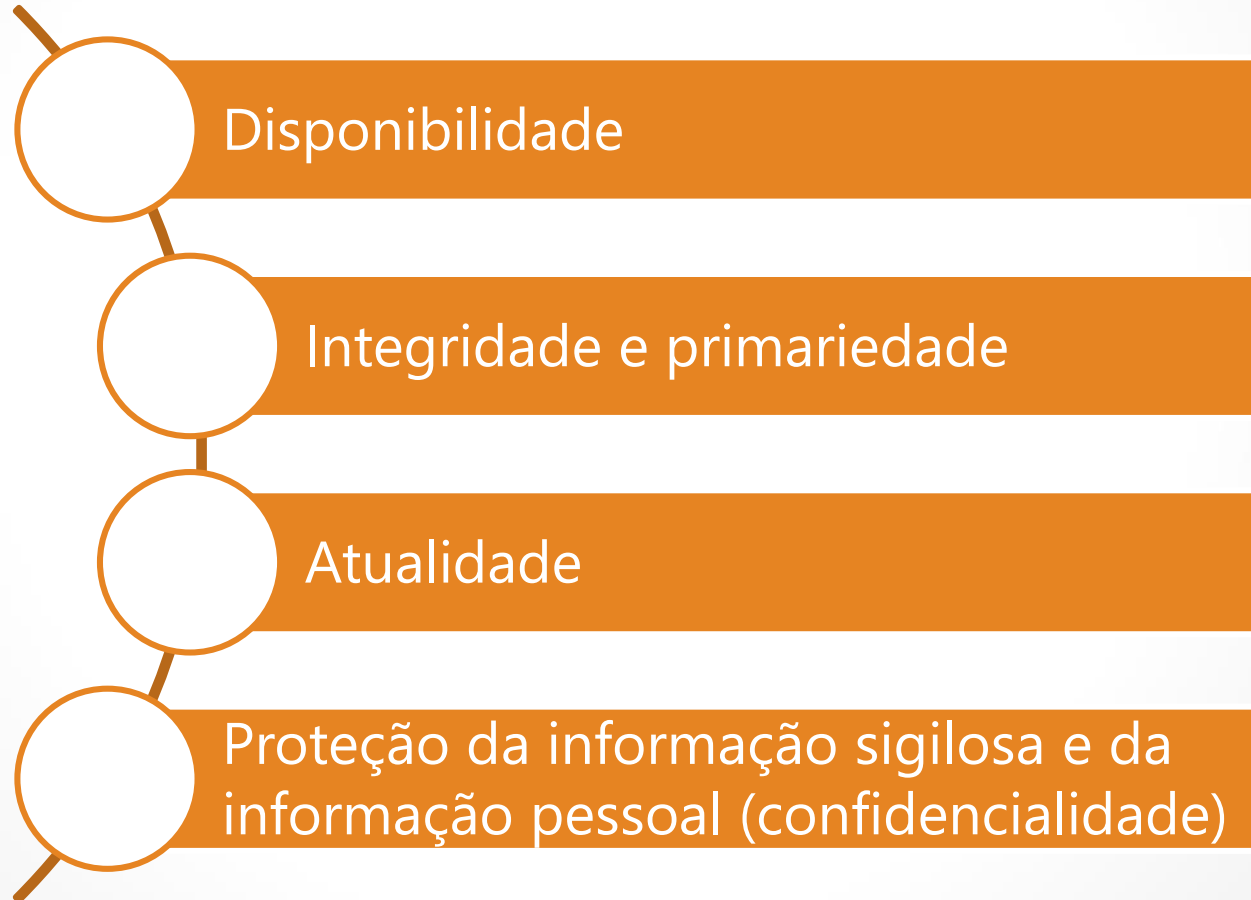


SOCIEDADE



Entidades do  
**TERCEIRO SETOR**

# Princípios constantes da LAI



# Princípios constantes da LAI

## Acessibilidade



direito de facilidade de acesso e de encontrar as informações públicas;



direito das pessoas portadoras de necessidades especiais de acessarem a informação.

# Requisitos previstos na LAI

1. Conter ferramenta de pesquisa de conteúdo;
2. Possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários;
3. Possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos;
4. Divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;



# Requisitos previstos na LAI

5. Garantir a autenticidade e a integridade das informações;
6. Manter atualizadas as informações;
7. Indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica com o órgão ou entidade detentora do sítio; e
8. Adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

The background of the slide is a faded, artistic illustration of a server room. It shows several computer monitors in the foreground, each displaying a blue screen with a white starburst or spark icon. In the background, there are server racks and more monitors. A magnifying glass is positioned on the right side, focusing on one of the monitors in the foreground.

E a atuação do TCE-RJ?

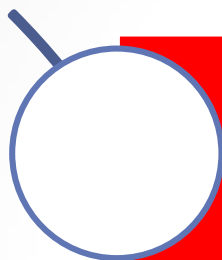
# Atuação do TCE-RJ

- Realização de um Levantamento em 2013 (processo TCE-RJ nº 238.889-1/13);
- Verificação de 91 Prefeituras do ERJ;
- Diagnóstico dos Portais da Transparência dos governos municipais quanto ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº 131/09, da Lei Federal nº 12.527/11, da Lei Complementar nº 101/00, bem como do Decreto nº 7.185/10.

# Indicador de transparência (iTAI)

- Dimensões:
  - conteúdo;
  - tempestividade; e
  - acessibilidade;
- Média ponderada das dimensões conteúdo, tempestividade e acessibilidade (60, 25 e 15, respectivamente).

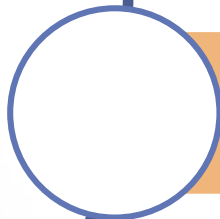
# Resultados da Auditoria



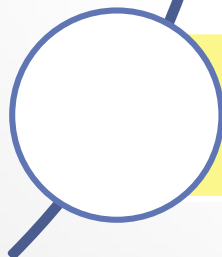
**Nenhum dos municípios cumpriam integralmente os normativos legais que regem a matéria**



Alguns municípios sequer tinham *sites* operacionais;



mais de 60% dos municípios estavam classificados no nível inicial ( $iTAI < 0,33$ );



O nível intermediário abrangia 34% dos municípios jurisdicionados;

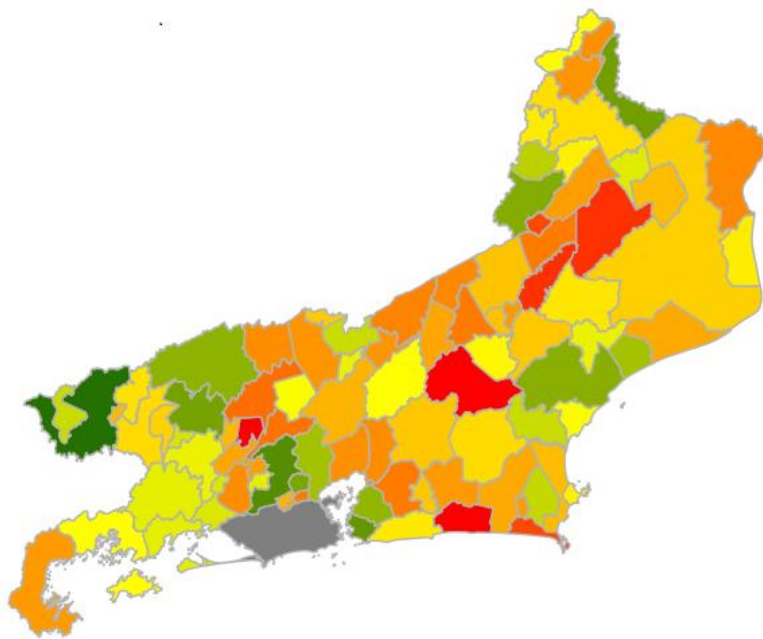


2015 e 2018: Como estão os municípios?

	EXECUTIVO			LEGISLATIVO
Nível iTAI <sub>↓</sub> / Ano →	2013	2015	2018	2018
INICIAL	60%	45%	14%	54%
INTERM.	34%	42%	63%	43%
AVAN.	6%	13%	23%	3%

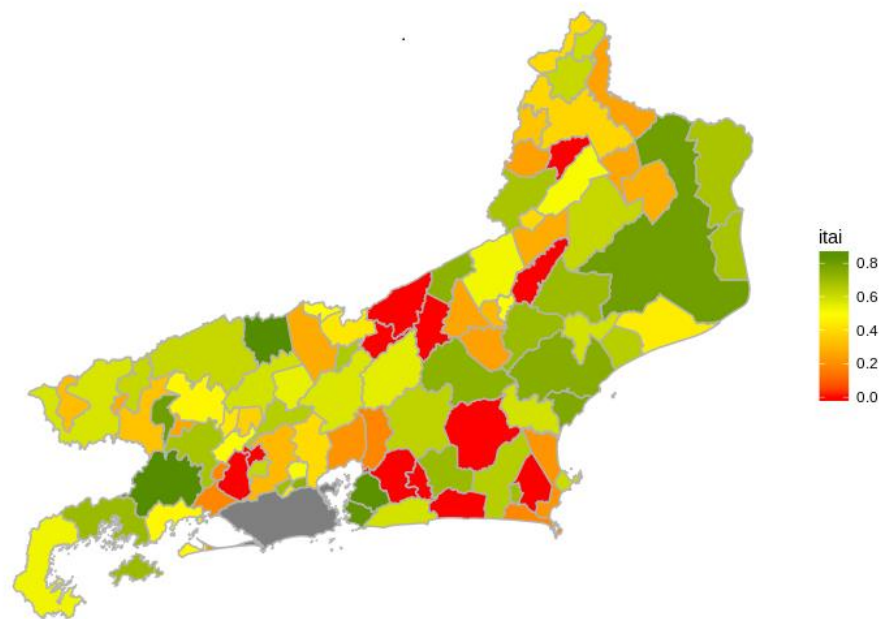
2015

Situação em 2015



2018

Situação em 2018





# Considerações Finais

- ❖ Não obstante os avanços constatados pelo resultado da pesquisa, os níveis de transparência dos municípios do estado do Rio de Janeiro ainda se apresentavam muito indesejáveis, considerando-se que os normativos legais que fundamentaram os itens verificados são de cumprimento obrigatório;
- ❖ 85,72% dos municípios jurisdicionados ainda não atingiram o nível avançado;
- ❖ As médias de 0,52 e 0,33 ainda se mantêm muito distantes do valor 1,0 do indicador.

“A nova fonte de poder não é o dinheiro nas mãos de poucos, mas informação nas mãos de muitos.”

*John Naisbitt.*

Obrigado!

Sergio Lino da Silva Carvalho  
Assessor da Secretaria-Geral de Controle Externo  
[sergiols@tce.rj.gov.br](mailto:sergiols@tce.rj.gov.br)

